

**RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA**

25 A 29 DE ABRIL DE 2022

Atualizada em 29/04/2022 16:47

CONGRESSO NACIONAL**PLENÁRIO**

VET 25/2021 - Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 146 de 2019, que "Institui o marco legal das "startups" e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006".

Resultado: Mantido o veto do no caso do investidor pessoa física, para fins de apuração e de pagamento do imposto sobre o ganho de capital, as perdas incorridas nas operações com os instrumentos de que trata o art. 5º desta Lei Complementar poderão compor o custo de aquisição para fins de apuração dos ganhos de capital auferidos com venda das participações societárias convertidas em decorrência do investimento em "startup".

VET 46/2021 - Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".

Explicação: foram vetados 5 trechos, entre eles o Art. 359-O, que proíbe a divulgação de notícias falsas (comunicação enganosa em massa).

Resultado: Não deliberado.

VET 48/2021 - Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, que "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial), para dispor sobre a licença compulsória de patentes ou de pedidos de patente nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional ou de interesse público, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional".

Resultado: Não deliberado.

VET 5/2022 - Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, que "Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19".

Explicação: os trechos vetados do projeto tratam sobre: medidas para evitar contato entre o entregador com o consumidor final ou com outras pessoas durante o processo de retirada e entrega de produtos e serviços; fornecimento de alimentação ao entregador; e, dispositivo eletrônico e outros meios de pagamento presencial.

Resultado: Não deliberado.

VET 12/2022 - Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 130, de 2020, que "Veda a divulgação, a publicação ou a disseminação, em redes sociais ou em quaisquer outros meios de divulgação digitais, eletrônicos ou impressos, do registro visual da prática de infração que coloque em risco a segurança no trânsito; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)".

Resultado: Mantido o veto.

VET 15/2022 - Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, que "Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica".

Resultado: Mantido o veto.

PLN 3/2022 - Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 7.676.200.000,00, para o fim que especifica.

Explicação: Propõe abertura de crédito para transferências obrigatórias, relativas à distribuição de valores aos Estados, Distrito Federal e Municípios, provenientes de leilões vinculados à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS.

Resultado: Aprovada, vai à sanção.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

Requerimento de Urgência S/N - Requer regime de urgência para apreciação do **PL 2630/2020**, do senador Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE, que que "Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Item passível de inclusão na Pauta.

Resultado: Não incluído em pauta.

MPV 1079/2021 - Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.

Autor: Poder Executivo

Relator: deputado Carlos Chiodini (MDB/SC)

Parecer: pendente

Resultado: Não deliberado.

PL 1998/2020 - Autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional.

Autor: deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e outros.

Relator: deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

Parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo

Resultado: Aprovado, a matéria vai ao Senado Federal.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

PL 3825/2019 - Disciplina os serviços referentes a operações realizadas com criptoativos em plataformas eletrônicas de negociação.

Explicação: Propõe a regulamentação do mercado de criptoativos no país, mediante a definição de conceitos; diretrizes; sistema de licenciamento de Exchanges; supervisão e fiscalização pelo Banco Central e CVM; medidas de combate à lavagem de dinheiro e outras práticas ilícitas; e penalidades aplicadas à gestão fraudulenta ou temerária de Exchanges de criptoativos.

Autor: Senador Flávio Arns

Relator: Senador Irajá

Parecer: pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.401, de 2021, na forma do Substitutivo, restando prejudicado o Projeto de Lei n o 3.825, de 2019, com a incorporação total das Emendas n os 7, 11, 13, 14 e 18 e parcial da Emenda n o 19, e rejeição das demais Emendas de Plenário ao Projeto de Lei n o 3.825, de 2019, e ao Projeto de Lei n o 4.401, de 2021.

Resultado: Aprovado o Parecer. O PL 4401/2021 retorna à Câmara dos Deputados e o PL 3825/2019 segue para arquivamento.

PLENÁRIO

MPV 1077/2021 - Institui o Programa Internet Brasil.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senadora Daniella Ribeiro – PP/PB

[Parecer](#): pela aprovação, na forma do PLV nº 4/2022

Resultado: Aprovado na forma do parecer, a matéria vai à sanção.

PL 4059/2021 - Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para dispor sobre as contratações de serviços de comunicação institucional, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.

Relator: senador Eduardo Gomes – PL/TO

Relatório: pendente

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

PL 3188/2021 - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Lei nº 14.161, de 02 de junho de 2021, para permitir melhores condições de sustentabilidade ao Programa como política oficial de crédito permanente no tratamento diferenciado e favorecido aos beneficiários do Programa.

Relator: senadora Katia Abreu – PP/TO

[Relatório](#): pela aprovação, na forma do substitutivo da Câmara dos Deputados

Resultado: Aprovado na forma do parecer, a matéria vai à sanção.

Quarta-feira (27/04)

CMA - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (8ª Reunião Extraordinária Semipresencial)

PL 4603/2021 - Altera a Lei nº 12.305, de 2 agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incentivar a recuperação energética dos resíduos sólidos como forma destinação e disposição ambientalmente adequada de resíduos sólidos e de rejeitos.

Autor: Senadora Rose de Freitas - MDB/ES

Relator: Senador Confúcio Moura

[Parecer](#): pela aprovação com emendas

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

Quinta-feira (28/04)

CJSUBIA – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE UM SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL Pauta divulgada após o envio da agenda.

Painel 1: Inteligência artificial e regulação: objeto a ser regulado e aspectos sócio-técnicos.

Convidados:

- Virgílio Almeida, Professor – UFMG;
- Celina de Almeida Bottino, Diretora do Instituto de Tecnologia e Sociedade - ITS/Rio;
- Loren Spíndola, Coordenadora da Associação Brasileira das Empresas Brasileiras de Software (Abes);
- Ig Bittencourt, Professor da UFAL; e
- Tanara Lauschner, Professora da UFAM.

Painel 2: Inteligência artificial e regulação: modelos de regulação e abordagem.

Convidados:

- Luca Belli, Professor da FGV/RJ;
- José Renato Laranjeiras, Conselheiro e Membro Fundador do Lapin - Laboratório de Políticas Públicas e Internet;
- Tainá Aguiar Junquilha, Professora da UnB e do IDP;
- Ana Paula Bialer, Advogada e sócia fundadora em Bialer & Falsetti Associados; e
- Ivar Hartmann, Professor do INSPER.

Painel 3: Inteligência artificial e regulação: fundamentos e princípios.

Convidados:

- Dora Kaufmann, Professora da PUC-SP;
- Gabrielle Bezerra Sales Sarlet, Professora da PUC-RS;
- Caroline Tauk, Juíza Federal no Rio de Janeiro;
- Edson Prestes, Professor da UFRGS; e
- Paulo Rená da Silva Santarém, Pesquisador do IRIS - Instituto de Referência em Internet e Sociedade.

Resultado: Realizada.

Sexta-feira (29/04)

CJSUBIA – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE UM SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL Pauta divulgada após o envio da agenda.

Painel 4: Contexto econômico-social e benefícios: desenvolvimento sustentável e bem-estar; concorrência e inovação; consumo e marketing, pesquisa e desenvolvimento de IA; bases de dados, direito autoral e mineração.

Convidados:

- Samanta Oliveira, Líder do Comitê de Proteção de Dados da ABO20 e DPO Brasil do Mercado Livre;
- Mariane Schettert, Presidente do instituto Igeoc e membro do Observatório Político do Setor de Serviços;
- Rosilda Prates, Presidente Executiva da P&D Brasil;
- Allan Rocha de Souza, Professor da UFRJ, PUC-RJ e IBDAUTORAL; e
- Rogéria Leoni Cruz, Diretora Jurídica e DPO do Hospital Israelita Albert Einstein.

Painel 5: Experiências setoriais: Segurança pública, execução de políticas públicas, inovação na indústria, transformação digital nas empresas, proteção à criança.

Convidados:

- Pedro Hartung, Representante de Instituto Alana;
- Pablo Nunes, Coordenador adjunto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC);
- Jackline de Souza Conca, Subsecretária de Inovação e Transformação Digital do Ministério da Economia;
- Sérgio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Brasscom; e
- Representante de Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Painel 6: Inteligência artificial e riscos: gradação de riscos; hipóteses de riscos inaceitáveis e princípio da precaução.

Convidados:

- Maria Cecília Oliveira Gomes, Data Privacy Brasil;
- Joamila Brito, Cientista de Dados, membro da rede PretaLab;
- Priscila Lauande Rodrigues, Professora - Sapienza Università di Roma/USP;
- João Paulo Candia Veiga, Professor da USP - Center for AI (USP/FAPESP/IBM); e
- Heloisa Estellita, Professora da FGV – SP.

Resultado: Realizada.